

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valongo

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo

Exmos. Senhores Deputados à Assembleia Municipal de Valongo

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Valongo

A exemplo de milhares dos nossos concidadãos de Alfena e Ermesinde, na sexta-feira passada, 26/02/2016, demorei uma hora e meia a chegar ao meu destino, na zona da Boavista, no Porto.

Em condições normais a duração de tal viagem seria de 15 minutos aproximadamente.

Porque, como sabemos, apareceu um buraco que obrigou ao corte de uma estrada importantíssima para quem vive em Alfena e arredores, já que é acesso à autoestrada para o Porto, e ao corte de mais de metade da estrada no sentido inverso. Para quem regressa do Porto ou da Maia, a estrada, na zona do buraco, é estreita e perigosa.

Por isso os residentes de Alfena estão a ser duplamente penalizados:

Em primeiro lugar por não terem um acesso normal à cidade do Porto em segundo lugar por continuarem a pagar uma portagem injusta e que nestas condições de circulação é aberrante.

Assim, perante a situação descrita e porque já passou algum tempo, gostaria de saber qual a posição tomada pelos órgãos competentes do poder local do nosso concelho na defesa dos nossos direitos e interesses pugnando por uma resolução rápida do problema de circulação e pelo fim do pagamento da portagem do acesso à autoestrada para o Porto a exemplo do que acontece em Ermesinde.

Alfena, 29 de Fevereiro de 2016

José M. Nicolau Ferreira.

MOÇÃO

Nos últimos meses os utilizadores de Alfena da linha 701 dos STCP, que liga o Porto – Codiceira e vice-versa, têm assistido à diminuição da frequência desta linha, ou seja os autocarros que passavam com um intervalo de vinte minutos, passaram a ter uma frequência de quarenta em quarenta minutos.

Para agravar o problema alguns autocarros terminam o seu percurso em Ermesinde, deixando a descoberto o troço entre a Estação de Caminhos de Ferro de Ermesinde e a Codiceira.

- Considerando que a população de Alfena, possui poucas alternativas à carreira 701;

- Considerando que os utilizadores desta linha o fazem essencialmente para se deslocarem para os seus empregos na cidade do Porto e região envolvente;

- Considerando o crescimento das zonas industriais da freguesia de Alfena e conseqüente aumento da oferta de postos de trabalho, implicando este facto a necessidade de maior mobilidade;

A Assembleia Municipal de Valongo reunida a 29 de Fevereiro de 2016, aprova por unanimidade, a seguinte moção:

1º Solicitar aos STCP que revejam os horários actualmente praticados pela empresa, de forma a aumentar a frequência dos autocarros na linha 701, designadamente nas horas de ponta;

2º Solicitar à Câmara Municipal de Valongo, que desenvolva todas as diligências junto dos STCP, no sentido de sensibilizar esta empresa para a necessidade de terminar com os cortes nos serviços e simultaneamente solicitar a reposição dos horários anteriormente praticados na linha 701.

Alfena, 29 de Fevereiro de 2016

O Deputado

Agualdo Loures

*A enviar - CM ✓
- STCP*

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Valongo em data considerada oportuna, elaborou o designado "Estudo de Reordenamento Viário das Ruas Serra Amarela, Outeiro, Alexandre Herculano e Travessa Serra Amarela".

Esta operação urbanística visa corrigir alinhamentos, designadamente reformular o perfil transversal da Rua Serra Amarela, esquecendo que se trata de uma zona já consolidada.

- Tendo em conta que a Junta de Freguesia de Alfena, não foi consultada para a elaboração do referido estudo;

- Tendo em conta que o assunto está a criar uma enorme preocupação junto dos moradores;

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29 de Fevereiro de 2016, aprova por Unanimidade, a seguinte Moção:

1ª - Solicitar à Câmara Municipal de Valongo uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Alfena e ^{um grupo de} ~~os~~ moradores, de forma a esclarecer todos os interessados sobre o "Estudo de Reordenamento Viário".

2ª - Solicitar que a referida reunião se realize no auditório do Centro Cultural de Alfena.

Alfena, 29 de Fevereiro de 2016

O Deputado

Agualdo Loures



Moção – A41

Foi necessário acontecer um infortúnio para ficar comprovado o que já havia sido dito em tempos: Para que os Alfenenses se desloquem para o Porto, não há verdadeiras alternativas à A41!

No passado dia 13 de fevereiro, durante a tarde, deu-se um aluimento na A41, que levou à sua interrupção entre o “Nó de Alfena e o Acesso à A3”.

Este aluimento obriga os automobilistas que percorrem esta autoestrada a sair em Alfena, assim como obriga os Alfenenses, a uma de duas coisas:

- Aceder à A4 em Ermesinde
ou
- Aceder à A41 através da Maia, com acessos pouco dignos, devido ao aluimento que se deu em janeiro junto ao Maia Jardim, caso queiram ir para o Centro do Porto e/ou Matosinhos.

O trânsito está de tal forma caótico, que os trajetos que antes demoravam, em hora de ponta, 15/20min, agora demoram 60/90min!

Não queremos colocar em causa a qualidade da construção da via, que está a ser paga a 0,20€ por passagem de cada automóvel, mas fazemos questão de colocar em causa o grau de urgência e importância que a Ascendi está a dedicar a este assunto, uma vez que não foram céleres na colocação de placas de “Desvio”, para indicarem aos seus utilizadores os caminhos alternativos, assim como no arranque da intervenção de reparação.

O trânsito em Alfena e Ermesinde, entre as 8h e as 10h, tem estado caótico desde que ocorreu este acidente, tornando-se ainda mais urgente que os trabalhos avancem, e principalmente se concluem.



O PSD fez questão de emitir um comunicado alertando para a necessidade de rapidez nas intervenções no local, de forma a minimizar o transtorno aos condutores, tendo em simultâneo a Junta da Freguesia de Alfena, através do seu Presidente, contactado a ASCENDI, solicitando celeridade nas mesmas. Seguiu-se a posição do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia e do executivo da Câmara Municipal de Valongo.

Tendo em conta tudo o que foi relatado, a bancada do PSD-PPM exige:

- Reparação da A41 o mais rapidamente possível, nem que para isso seja necessário trabalhar 24h/dia;

Adicionalmente, e até que a reparação esteja concluída, sugere-se:

- Reprogramação dos tempos dos semáforos, junto ao Atlético Clube Alfenense;
- Reprogramação dos tempos, ou suspensão dos semáforos no Alto de Vilar;
- Ajuda de Polícia Sinaleiro na rotunda de entrada na A4 em Ermesinde;
- Suspensão das portagens de acesso à A4 em Valongo, enquanto a A41 estiver a ser reparada, para que esta possa ser uma alternativa à entrada da A4 de Ermesinde.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida aos 29 dias do mês de Fevereiro, delibera por unanimidade, que estas preocupações de todos os valonguenses sejam levadas ao conhecimento da entidade responsável pelas reparações, ASCENDI, assim como propõe dar-se conhecimento ao Senhor Ministro do Planeamento e infraestruturas e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Alfena, 29 de Fevereiro de 2016

Pelo Grupo Municipal do PSD-PPM

(Fernando Teixeira)

MOÇÃO

Contra o fim dos voos de longo curso e para destinos europeus Contra o aumento das taxas de aeroporto

A intenção dos donos da TAP (após privatização), de suprimirem, a partir de 27 de Março, voos para Barcelona, Milão, Roma e Bruxelas, de concentrarem todas as rotas para Estados Unidos, Venezuela ou Brasil em Lisboa e estabelecerem uma nova ligação Vigo-Lisboa esvaziando o tráfego proveniente da Galiza, constitui um enorme ataque ao Aeroporto do Porto, à economia e ao turismo da região Norte.

Não é de agora o desrespeito dos gestores da TAP pelo Aeroporto do Porto, mas após a entrega à pressa e ao desbarato pelo governo PSD/CDS-PP desta companhia aérea a empresários privados, a desconsideração pelos interesses da região ficou mais acentuada.

Também em resultado da desastrosa privatização dos aeroportos nacionais em Setembro de 2013, não param de aumentar as taxas do aeroporto do Porto sob gestão da Vinci. Em Janeiro de 2016 ocorreu o sexto aumento, as taxas a cobrar subiram 1,7% com a agravante de incidirem mais fortemente nos serviços utilizados apenas pela companhias aéreas "full service" (ou de bandeira): pontes telescópicas (2,79€ por minuto) e sobretaxa de estacionamento (47,95€ por 15 minutos). E qualquer aeroporto dominado por companhias "de baixo custo" está condenado ao declínio.

O aumento sistemático dos preços no Aeroporto do Porto é a dramática confirmação das afirmações de Giovanni Bisignani, antigo presidente executivo da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo): **"sempre que se privatizou uma gestora aeroportuária, foi um desastre"**. Os crescentes valores das taxas aeroportuárias decorrem da lógica de gestão privada de obter o lucro máximo para os mais de 500 fundos de investimento que são acionistas da Vinci. Quanto mais passageiros se movimentarem no Aeroporto do Porto, mais as taxas são aumentadas.....

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em 29 de Fevereiro de 2016, não podendo ficar indiferente às consequências dos aumentos das taxas aeroportuárias, do abandono dos voos de longo curso a partir do Aeroporto do Porto, do fim das carreiras para a Europa e do desvio de passageiros da Galiza, DELIBERA:

- manifestar a sua discordância pelos sucessivos aumentos de taxas e pela deliberada diminuição dos voos a partir do Aeroporto do Porto;
- reclamar a intervenção do governo e das entidades responsáveis pela aviação civil, para que adotem as medidas necessárias para assegurar o desenvolvimento do Aeroporto do Porto e das suas ligações intercontinentais.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

António Dias Monteiro

(Remeter ao Governo, Assembleia da Republica e Grupos Parlamentares)

Voto de repúdio

O Grupo Municipal do PS vem propor a esta Assembleia, a apresentação e aprovação de um **voto de repúdio** relativamente ao comportamento da Ascendi, pela forma como tratou a questão do aluimento de pavimento na A41, entre o nó de Alfena e o nó da A3, que causou a interrupção do trânsito naquela via desde o dia 13 de Fevereiro.

A Ascendi, sem aviso prévio, tomou a iniciativa de efetuar o desvio de trânsito para as estradas municipais de Valongo e Maia, sem que aos respetivos Municípios fossem alvo de quaisquer comunicações prévias por parte daquela entidade.

Sendo a A41 essencial à circulação de pessoas e bens e não existindo alternativas viárias adequadas ao volume de tráfego da população e empresas, impõe-se a urgente tomada de medidas que garantam a total reposição da normalidade do piso e da circulação nesta zona.

Solicitamos ainda a esta Entidade (ASCENDI) informe esta Assembleia sobre a data de reposição da circulação no referido percurso.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de Fevereiro de 2016, delibera aprovar um Voto de Repúdio ao comportamento da Ascendi para com Valongo e os seus municípios.

Deverá ainda ser dado conhecimento deste Voto às seguintes entidades:

ASCENDI;

Ministério do Planeamento e Infraestruturas;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Gabinete do Sr. Primeiro Ministro;

Alfena, 29 de Fevereiro de 2016

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

Josué Morais



Doc. 7

Assembleia Municipal de Valongo

Sessão Ordinária – 29 de fevereiro de 2016

Requerimento

A 11 de abril de 2015, o Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro, inaugurou o novo relvado sintético do Estádio Municipal de Sobrado, tendo sido permitido a partir dessa data o Clube Desportivo de Sobrado voltar a iniciar a sua prática desportiva neste equipamento e em simultâneo consentir, na freguesia, a disputa dos jogos para o Campeonato Nacional de Seniores.

Entretanto, não era expectável que num investimento desta envergadura e ainda durante o primeiro ano de funcionamento, os jogos fossem cancelados e/ou adiados devido ao frequente alagamento do campo por falta de escoamento, levando o Vereador Orlando Rodrigues a reconhecer, no passado dia 19, numa notícia do JN que *“é necessário analisar a drenagem do sintético”*.

O estado lastimável do sintético em períodos chuvosos chega a ser ridicularizado pelos adeptos e sobradenses como a “nova piscina municipal” e face ao comentário do Sr. Vereador sobre a necessidade de análise da drenagem, a população brinca e comenta que o Vereador já adotou a postura que tanto imputam aos sobradenses em relação a *“fazer tudo ao contrário”*. A população esperava que a análise da drenagem tivesse sido analisada *a priori* e não *a posteriori* da colocação do sintético.

Para além desta situação comprometedora da prática desportiva e dos prejuízos inerentes para as equipas que tiveram de fazer novas deslocações para concluírem os jogos, o Clube Desportivo de Sobrado ainda tem vindo constantemente a reivindicar melhores condições nos balneários para que aproximadamente 160 jovens não necessitem de se equiparem e tomarem banho em suas casas por falta de condições sanitárias dos mesmos.



Face ao exposto, o Grupo Municipal de Coligação PSD/PPM vem requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valongo, através da Mesa, informação por escrito sobre:

- Quais são as diligências que estão a ser seguidas para a resolução do problema da drenagem no campo? E que custos estarão implicados nessa resolução?
- Em que ponto de situação se encontra a recuperação ou reconstrução dos balneários?
- O protocolo entre a Câmara Municipal de Valongo e o Clube Desportivo de Sobrado que retrate a vontade expressa de ambas as partes na utilização do equipamento, bem como regule as condições de funcionamento e de cedência/ concessão para a prática desportiva da respetiva coletividade já está concluído? Em resposta a um dos requerimentos apresentado pelo Grupo Municipal do PSD/PPM sobre o Campo de Futebol de Sobrado, a Câmara informou em abril de 2015: "Está em elaboração um protocolo entre a Câmara Municipal de Valongo e o Clube Desportivo de Sobrado." A 29 de setembro de 2015, em resposta a outro requerimento alusivo ao mesmo assunto, a Câmara respondeu: "*O protocolo com o Clube Desportivo de Sobrado está em elaboração, perspectiva-se que o processo esteja concluído até ao final do próximo mês de novembro.*" E agora no final de fevereiro qual é a resposta da Câmara? Quais os fatores que impedem a conclusão e assinatura do protocolo, passado quase um ano depois da primeira resposta?

Este requerimento e as suas respostas deverão ser dadas a conhecer ao Clube Desportivo de Sobrado e aos Grupos Municipais da Assembleia Municipal.

Valongo, 29 de fevereiro de 2016

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

(Paula Cistina Silva Moreira)

Declaração de Voto

1ª Revisão Orçamental

Esta revisão orçamental é feita para permitir a inclusão na Loja do cidadão de Valongo, no Edifício Faria Sampaio, em Ermesinde, um terminal de pagamento automático e a sua vigilância através da contratação de uma empresa especializada para o efeito.

A primeira questão que colocamos, refere-se às dúvidas que temos sobre a necessidade deste serviço. Sobretudo quando os diversos serviços abertos ao público em Ermesinde não têm este tipo de segurança e não são conhecidos problemas de desacato à ordem pública, que não tenham sido rapidamente solucionados com a intervenção dos agentes da autoridade. Mas se esta necessidade é realmente premente, porque não foi acautelada no contrato de cedência do espaço? Terá sido tido em conta esta despesa quando foi estipulado o valor de arrendamento do espaço?

Mas, o ponto essencial que nos fez votar contra esta revisão é não entendermos o porquê desta vigilância não ser realizada por funcionários da CM. Com 25 mil euros, era possível pagar generosamente 2 funcionários que fizessem este serviço, sobretudo quando já existem funcionários da CM com a função de ronda/vigilância dos edifícios. Será este o início da ~~pretensão~~ extinção e privatização destes serviços na CM?

Valongo, 29 de fevereiro de 2016

A Coligação Democrática Unitária

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO
Avaliação dos Acordos de Execução

Em setembro de 2014, quando foram apresentados nesta Assembleia Municipal os acordos de execução que permitiam a delegação de competências para as Juntas de Freguesia, previstos no artigo 132º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, mostramos a nossa apreensão com o desenrolar do processo conduzido pela atual Câmara Municipal.

Apesar de considerarmos que a solução encontrada não era perfeita, não poderíamos protelar por mais tempo uma situação que estava a ficar insustentável, com um crescendo descontentamento das populações, com queixas e reclamações, que não eram satisfeitas. Era a limpeza do município que estava a ser descurada, a degradação dos jardins e a manutenção dos espaços escolares tuteladas pela autarquia. Alertamos, na altura, para que o processo fosse conduzido de forma honesta e que fossem dados passos concretos para que houvesse benefícios para todos, com um acompanhamento adequado da execução dos referidos acordos e, possivelmente, alguma revisão que os tornasse mais efetivos e eficazes.

Passado mais de um ano desde a sua celebração, existem situações que deviam ser esclarecidas e avaliadas em termos do cumprimento dos acordos. Existem dúvidas sobre a implementação, que a Assembleia Municipal deve conhecer como, por exemplo, quais foram os problemas que surgiram na transferência de recursos humanos e materiais, que constrangimentos foram provocados pela mudança de processos ou formas de atuação, que medidas foram realizadas pelas Juntas de Freguesia e quais as melhorias significativas que foram visivelmente verificadas.

Deste modo, considerando que a Câmara Municipal assumiu o compromisso de elaborar relatórios anuais da análise fundamentados em informações dos serviços técnicos e de acordo com quem está na linha da frente a resolver os problemas diários que surgem, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária do dia 29 de fevereiro de 2016, recomenda à Câmara Municipal que providencie ^{com o apoio de} ~~no imediato~~ a realização de um relatório completo sobre o que se passa em relação à execução dos acordos.

Valongo, 29 de fevereiro de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo